POLÍTICA DE PRIVACIDADE

14/07/2022

Esta **POLÍTICA DE PRIVACIDADE** tem como objetivo dar transparência às operações de tratamento de dados feitas pela **MANUAL DOS TRIBUNAIS** e se aplica a todo tratamento de dados pessoais coletados pela empresa por meio do site, aplicativos, mídias sociais ou APIs. Ao usar nossos serviços, o titular de dados concorda com nossa política de privacidade.

- Por que a Manual dos Tribunais coleta dados pessoais?
- Quais dados pessoais são coletados pela Manual dos Tribunais?
- Qual a finalidade do tratamento de dados realizado pela Manual dos Tribunais?
- Qual a base legal para o tratamento de dados realizado pela Manual dos Tribunais?
- Por quanto tempo a Manual dos Tribunais armazena os dados pessoais?
- Com quem a Manual dos Tribunais compartilha dados pessoais?
- Para onde a Manual dos Tribunais transfere os dados?
- Quais são os direitos do titular de dados perante a Manual dos Tribunais?

POR QUE A MANUAL DOS TRIBUNAIS COLETA DADOS PESSOAIS?

Coletamos dados pessoais para viabilizar nossa atividade comercial e para propiciar aos nossos clientes a melhor experiência possível dentro de nossas plataformas. Temos o compromisso de usar os dados coletados somente em conformidade com esta Política de Privacidade e de acordo com as finalidades previamente informadas.

QUAL A FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS REALIZADO PELA MANUAL DOS TRIBUNAIS?

A Manual dos Tribunais pode tratar os seus dados pessoais para as finalidades seguintes finalidades, inerentes aos negócios realizados pela empresa:

- Para comunicação e relacionamento com o titular: por exemplo, respondendo a dúvidas, solicitando feedbacks, atendendo a solicitações e reclamações, enviando informações administrativas, novos serviços, recursos ou alterações contratuais;
- Para atividades de marketing, divulgação de sua marca e oferta de produtos em geral;
- Para exercer direito de defesa;
- Para outros fins específicos, caso subordinados a consentimento;

QUAIS DADOS A MANUAL DOS TRIBUNAIS TRATA?

Dados cadastrais:

Quando o titular se cadastra e/ou responde nossa pesquisa na nossa página, solicitamos e coletamos as seguintes informações: nome, e-mail e número de celular.

Outros: coletados com consentimento ou avisos expressos.

QUAL A BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DE DADOS REALIZADO PELA MANUAL DOS TRIBUNAIS?

As bases legais para o tratamento dos dados dos usuários são: o legítimo interesse, a execução contratual e o consentimento, previstos no art. 7, I, V e IX da LGPD (Lei 13.709/18).

Quais dados são tratados?	**Para o que podemos usá-los?**	**Qual a base legal usada para tratar esses dados?**
Dados de identificação de clientes: nome, e-mail e número de celular.	Para comunicação e relacionamento com o titular: por exemplo, respondendo a dúvidas, solicitando feedbacks, atendendo a solicitações e reclamações, enviando informações administrativas, novos serviços, recursos ou alterações contratuais; Para atividades de marketing, divulgação de sua marca e oferta de produtos em geral	Legítimo interesse, procedimentos preliminares ao contrato e consentimento. (art. 7, I e V da Lei 13.709/2018).
Outros	Finalidades	Coletados apenas com consentimento expresso.

POR QUANTO TEMPO A MANUAL DOS TRIBUNAIS ARMAZENA ESSES DADOS?

A Manual dos Tribunais armazena os dados de seus clientes apenas: (i) pelo tempo em que se mantiver vigente a relação comercial com a empresa, ou (ii) pelo tempo razoavelmente necessário à realização da finalidade para a qual foram coletados (inclusive para fins de provas pertinentes às relações jurídicas ocorridas no contexto do site e dos seus serviços), ou (iii) pelo tempo exigido pela lei, ou (iv) até a revogação do consentimento pelo titular (ressalvado o direito de a Manual dos Tribunais manter tais dados pelo prazo necessário ao cumprimento de obrigações legais e defesa jurídica dos seus interesses).

Marketing	Até a revogação do consentimento.
Dados cadastrais	Até a revogação do consentimento.

COM QUEM A MANUAL DOS TRIBUNAIS COMPARTILHA DADOS PESSOAIS?

A Manual dos Tribunais não compartilha dados pessoais de seus clientes com terceiros, exceto mediante consentimento expresso, destacado e específico, quando para finalidades econômicas diversas das inicialmente informadas nesta política e inerentes às relações jurídicas contratuais e pré-contratuais

As finalidades iniciais e compreendidas nesta política de privacidade abrangem objetivos comerciais da Manual dos Tribunais, de modo que esta pode compartilhar os dados pessoais dos titulares com empresas parceiras, prestadores de serviços, empresas de marketing, fornecedores de serviços tecnológicos, parceiros publicitários e com a justiça mediante ordem judicial.

Transferência internacional

A Manual dos Tribunais pode transferir dados pessoais para prestadores de serviço fora do Brasil e da União Europeia, mediante adoção de práticas de segurança apropriadas para garantir um nível adequado de proteção de dados. Quando o país de destino não detém legislação de proteção de dados, a transferência fica condicionada à verificação da base legal e de padrões de segurança com esta Política de Privacidade, destacando-se a possibilidade de transferência internacional de dados nas hipóteses do art. 33 I – IX da LGPD, ou, quando incidente alguma das exceções do art. 7° da mesma lei, ressalvado o compromisso de que a transmissão segue o disposto na legislação vigente e dentro dos limites e finalidades mencionados nesta política.

QUAIS SÃO OS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PERANTE A MANUAL DOS TRIBUNAIS?

Em atenção à regulamentação aplicável, a Manual dos Tribunais respeita os direitos do titular de dados pessoais e informa que, a qualquer momento, o titular pode solicitar, observando os canais e meios disponibilizados pela Manual dos Tribunais para esse fim:

Informações sobre tratamento e acesso aos dados

O titular pode requerer a confirmação do tratamento de seus dados pela Manual dos Tribunais, bem como solicitar acesso a eles.

Cópia integral ou simplificada dos dados

O titular pode requerer cópia impressa ou digital de seus dados, sendo que os custos de disponibilização das cópias estão cobertos pela Manual dos Tribunais, respeitados limites de viabilidade e razoabilidade.

Correção dos dados

Considerando que o usuário é o responsável pela veracidade das informações cadastradas, o titular deve solicitar a alteração dos dados que estiverem incorretos, incompletos, inexatos ou desatualizados. A Manual dos Tribunais se compromete a alterar os dados inexatos de acordo com o pedido do titular.

Anonimização de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei

O titular pode pedir que dados comprovadamente **desnecessários e excessivos** sejam anonimizados, ou seja, que, utilizando-se de meios técnicos razoáveis, o controlador impossibilite a associação, direta ou indireta, do dado com a pessoa titular.

Eliminação e bloqueio de dados desnecessários ou excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei

O titular pode pedir a exclusão de dados comprovadamente **desnecessários ou excessivos** armazenados em banco de dados do controlador.

Portabilidade dos dados

O titular pode solicitar a transmissão dos dados para outros fornecedores de serviços e produtos, desde, observados os segredos comerciais e industriais, por meio dos padrões técnicos adotados pela Manual dos Tribunais, respeitados os limites de viabilidade e razoabilidade.

Revisão das decisões automatizadas

Sempre que houver decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que **afetem** os interesses do titular, haverá direito de requerer, pelos canais disponibilizados, a sua revisão.

Possibilidade de não oferecer ou revogar o consentimento

O titular pode revogar o consentimento ou pedir a destruição daqueles dados que são desnecessários ou excessivos para o cumprimento do contrato ou da finalidade informada, ressalvadas os permissivos legais de legítima recusa pela Manual dos Tribunais**.**

Assim, não existindo nenhuma outra base legítima, a Manual dos Tribunais pode excluir as informações de sua base de dados, a pedido do titular. Consequentemente, alguns dos serviços, para os quais os dados **seriam pertinentes, podem ser limitados ou encerrados.**

A MANUAL DOS TRIBUNAIS pode se opor à eliminação quando:

a) O tratamento dos dados for necessário ao cumprimento de obrigações a que a sociedade esteja sujeita;
b) Os dados forem necessários para exercício ou defesa de um direito em ação judicial que a Manual dos Tribunais possa ser demandada;
c) Houver norma que imponha sua manutenção por tempo mínimo;

A Manual dos Tribunais empreende todos os esforços para responder e atender aos pedidos no menor tempo possível, respeitado o tempo razoável determinado pela Lei.

DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS COLETADOS E A POLÍTICA DE PRIVACIDADE:

O controlador responsável pelo tratamento de dados é Caio Augusto Tedesco Romani (CPF/MF: 077.956.789-71).

Quaisquer solicitações, dúvidas ou reclamações em relação aos dados pessoais, poderão ser enviados para nosso encarregado de Dados (DPO), através do e-mail o endereço postal: R. Cândido de Abreu, 526, Centro Cívico, Cj 911- Torre A Curitiba - PR, CEP 80.530-905ou para o e-mail do responsável pela proteção de dados: contato@safe2b.com.br.

A Manual dos Tribunais reserva-se o direito de alterar esta Política de Privacidade a qualquer momento, em virtude de alterações na legislação ou nos serviços, ou a seu exclusivo critério, razão pela qual recomendamos observar a data da última revisão, no cabeçalho desta Política de Privacidade.